

PREFÁCIO

A equipe editorial da Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito tem a honra de apresentar à comunidade acadêmica a publicação de mais um número do periódico, o primeiro do ano de 2025. Renovando o compromisso com a disseminação gratuita do conhecimento e a promoção do debate jurídico crítico, este volume se propõe a ser uma edição especial, voltada a reflexões críticas sobre os 35 anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Cada pesquisa reflete o esforço dos autores e autoras em propor análises profundas, trazendo contribuições significativas à teoria e à prática jurídica.

Iniciamos a edição com a contribuição internacional da autora convidada Dra. Sofia M. Cobo Téllez, que em "*La Observación General No. 27 del Comité de los Derechos del Niño y su impacto en la Justicia Juvenil*" apresenta as bases da Observação Geral No. 27 do Comitê dos Direitos da Criança da ONU e destaca a necessidade de um sistema de justiça especializado e individualizado para crianças, considerando seu desenvolvimento físico e psicológico.

O artigo “Crianças e adolescentes como sujeitos de direitos: avanços e desafios” apresenta os resultados de uma pesquisa descritiva que teve como objetivo delinear os avanços históricos dos direitos assegurados a este grupo desde a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto. “Novos desafios para a proteção jurídica de crianças e adolescentes no Brasil: um estudo sobre a cultura digital de ódio e o caso do *Discord*”, por sua vez, examina o caso da plataforma *Discord*, envolvida com casos de conteúdos nocivos contra crianças e adolescentes, à luz da proteção integral. No texto “Separação de irmãos em processos de adoção: o que falam as equipes técnicas?”, avaliam-se os procedimentos e as percepções das equipes técnicas de Instituições de Acolhimentos e de um Tribunal de Justiça de um estado da região Sudeste do Brasil sobre a separação de grupos de irmãos em processos de adoção. Em “Direito à educação e princípios de justiça na Constituição Federal de 1988: uma discussão sobre a justiça educacional à luz da controvérsia liberal-comunitarista”, examinam-se os princípios de justiça aplicados à educação na Constituição Federal de 1988.

“Judicialização como instrumento de garantia da efetividade do Estatuto da Criança e do Adolescente: Análise do perfil processual de demandas por saúde pública infanto-juvenil” debate sobre estudo descritivo transversal quantitativo e retrospectivo que analisou 749 processos de competência do Núcleo 4.0 de Saúde da Infância e Juventude do Tribunal de

Justiça de Pernambuco, distribuídos no ano de 2023. O artigo “Abuso sexual como experiência adversa na adolescência: os desafios da escola no enfrentamento da violência no Amazonas” busca analisar o abuso sexual como uma experiência adversa na adolescência e como as escolas podem atuar no enfrentamento a esse tipo de violência no Amazonas, enquanto “Sigilo da identidade da mãe biológica e o direito à origem do filho: uma análise sobre o procedimento de entrega legal para a adoção” examina a adoção como forma de efetivação do direito à convivência familiar, a partir do procedimento de entrega legal para adoção.

Em “Direito à educação como instrumento de efetivação dos direitos da personalidade”, discute-se o direito à educação como componente essencial da dignidade humana e do desenvolvimento integral da personalidade. O artigo “O Estatuto da Criança e do Adolescente e a educação inclusiva: avanços, desafios e perspectivas para a garantia dos direitos educacionais”, nessa esteira, avalia o impacto do ECA na garantia ao direito à educação desde a perspectiva da educação inclusiva. “Adolescentes em liberdade assistida e a escola: entre a exclusão e o pertencimento”, por sua vez, motiva-se a conhecer os impactos e as tensões entre sistema socioeducativo e o educacional a partir das significações dos adolescentes infratores sobre a escola, a violência e o cumprimento da medida.

Investigando de que forma o princípio da proteção integral pode ser empregado para combater a disseminação oculta de discursos de ódio nas redes sociais, tem-se o artigo “Adolescentes em telas: desafios à proteção integral em face da disseminação velada de conteúdo de ódio nas redes sociais”. Ainda nessa esteira, “A indústria cultural e a influência no comportamento de crianças e adolescentes na era das tecnologias digitais: um olhar sobre a Lei nº 15.100/2025” versa sobre a relação existente entre as mídias e a indústria cultural para crianças e adolescentes sob o viés do dever de prevenção especial e da efetivação da proteção integral.

Ao final da edição, “A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente: disputas, ideologias e consensos nas Casas Legislativas”, propõe analisar o movimento ideológico e a correlação de forças no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados que influenciaram a aprovação da Lei nº 8.069/1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Os trabalhos aqui apresentados engrandecem a pluralidade temática e a excelência acadêmica que caracterizam a Cadernos, estimulando o pensamento crítico e o diálogo interdisciplinar. Agradecemos aos autores e autoras, avaliadores e avaliadoras e leitores e

leitoras pelo trabalho e engajamento que tornaram possível a publicação desta edição.
Desejamos a todos e todas uma leitura enriquecedora e inspiradora!

Porto Alegre, 1º de setembro de 2025.

Prof. Dr. Fábio Morosini
Editor-Chefe

Profª. Drª. Juliane Bento
Editora-Adjunta

Profª. Drª. Nicole de Barcellos
Editora-Adjunta

Dra. Carolina de Menezes Cardoso
Pellegrini
Editora Colaboradora

Dda. Deborah Soares Dallemole
Editora Colaboradora

Mda. Jordana Cabral Silveira
Editora Colaboradora

Mda. Ana Carolina Voges de
Campos
Editora Colaboradora